

Para pensar a história urbana: construção das cidades e conflitos ambientais

To think about urban history: building cities and environmental conflicts

Vivian Prado Pereira

Doutoranda em Ciências Sociais
Universidade Federal de Juiz de Fora
vivian.vpp@gmail.com

Eder Jurandir Carneiro

Doutor em Sociologia e Política
Universidade Federal de São João Del-Rei
eder@ufsj.edu.br

Recebido em: 04/03/2020

Aprovado em: 12/05/2020

Resumo: O artigo debruça-se sobre alguns aspectos da trajetória histórica de formação do bairro periférico de São Dimas, localizado na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, refletindo sobre processos conflituosos vivenciados por seus moradores, por meio dos quais procuram construir habitabilidade urbana e ambiental de seus territórios. Mais que descrever processos de construção de territórios urbanos periféricos, busca-se aqui, ao examinar-se a história de um bairro de classes populares, reunir elementos conceituais que contribuam para o enquadramento analítico de tais processos. Entre esses elementos, enfatizam-se a consideração da “espacialidade” como dimensão intrínseca à vida social, as relações entre as modalidades hegemônicas de acumulação de capital e a sistemática produção das periferias urbanas e, por fim, mas não menos importante, as estratégias, conflitos e formas de resistência protagonizadas pelos moradores nas disputas (abertas ou “surdas”, conscientes ou irrefletidas) que se vêm compelidos a enfrentar para se reproduzirem no espaço urbano.

Palavras-chave: Conflito Ambiental; Conflito Urbano; Periferia.

Abstract: This article analyzes some features in the historical formation of a peripheral neighborhood (São Dimas) of São João del-Rei Minas Gerais. It reflects about conflictive processes lived by the neighborhood residents as they attempt do built the urban and environmental conditions of their territories. By examining the history of a popular neighborhood, more than describe peripheral urban territories building processes, we try to gathering concepts that contribute to frame these processes analytically. Among this concepts we emphasize “spaciality” as an intrinsic dimension of the social life, the relationship between the hegemonic forms of capital accumulation and the systematic production of urban peripheries and, last but not least, the strategies, conflicts and forms of resistance protagonized by residents along the (open or veiled) disputes that they have to face in order to reproduce themselves in the urban space.

Keywords: Environmental Conflict; Urban conflict; Periphery.

Introdução

O artigo debruça-se sobre alguns aspectos da trajetória histórica de formação do bairro periférico de São Dimas¹, localizado na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, refletindo sobre processos conflituosos vivenciados por seus moradores, por meio dos quais procuram construir habitabilidade urbana e ambiental de seus territórios. Mais que descrever processos de construção de territórios urbanos periféricos, busca-se aqui, ao examinar-se a história de um bairro de classes populares, reunir elementos conceituais que contribuam para o enquadramento analítico de tais processos. Entre esses elementos, enfatizam-se a consideração da “espacialidade” como dimensão intrínseca à vida social, as relações entre as modalidades hegemônicas de acumulação de capital e a sistemática produção das periferias urbanas e, por fim, mas não menos importante, as estratégias, conflitos e formas de resistência protagonizadas pelos moradores nas disputas (abertas ou “surdas”, conscientes ou irrefletidas) que se vêm compelidos a enfrentar para se reproduzirem no espaço urbano.

Dessa forma, o presente trabalho pretende contribuir com proposições teórico-analíticas que auxiliem o desenvolvimento de uma “história territorial” (MORAES, 2002, p. 45-60), isto é, o estudo dos processos por meio dos quais os agentes sociais, nos marcos de relações sociais instituídas, se *apropriam* do espaço, num duplo sentido: o tornam apropriado, adequado a determinada modalidade de vida social e, ao mesmo tempo, dele se apropriam técnica e politicamente. E, à medida que esse espaço contém, inseparavelmente, elementos naturais e, com eles “fundidos”, ambientes construídos, a história territorial se mostra inseparável da história ambiental (O’CONNOR, 2001), contrariando a famosa proposição de Worster, segundo a qual o ambiente construído deveria ser excluído do domínio de objeto da história ambiental (WORSTER, 1991). Da mesma forma, a história ambiental e a história urbana se interseccionam inevitavelmente². Evidentemente, o “trabalho” social de apropriação do espaço, ou construção territorial, ganha especificidades quando se trata do espaço urbano numa sociedade capitalista periférica. Nesse sentido, o tema da história de territórios urbanos periféricos constitui parte essencial da história

¹ Baseamo-nos, principalmente, nas informações sobre a formação do bairro apresentadas em Barros e Carneiro (2004), Candido e Carneiro (2005) e Pereira (2015).

² Para uma visão sistemática e panorâmica do campo da história ambiental urbana, veja-se Molano Camargo (2016).

urbana contemporânea e deve dialogar intensamente com a própria história ambiental. Com efeito, como se verá, mais à frente, no exame da formação histórica do bairro São Dimas, as trajetórias de construção de territórios urbanos periféricos contemporâneos implicam que se considerem, necessariamente, os processos e conflitos relativos à apropriação de condições naturais nas cidades, tais como o solo e a água, sob a forma de “terra urbana” e acesso residencial à água potável.

O histórico de construção do bairro São Dimas comporta elementos que fazem transparecer o caráter conflituoso da produção de territórios periféricos nas cidades brasileiras e o papel ativo dos moradores como protagonistas desse processo. Analisando os mecanismos que fomentam e constituem os conflitos que se desenvolvem na localidade e observando a atuação dos diferentes agentes identificados, com destaque para as práticas de *resistência* adotadas pelos moradores, buscamos entender as nuances da produção capitalista do espaço urbano, tendo os conflitos territoriais e ambientais como parte da observação analítica.

Comportando, atualmente, 255 famílias, aproximadamente 1.000 habitantes, o bairro São Dimas teve o início de sua ocupação na década de 1960 e a maioria das casas do local foi construída em lotes aforados pela prefeitura municipal. Fazendo divisa com o *campus* Dom Bosco da *Universidade Federal de São João del-Rei* (UFSJ) e tendo muitos de seus habitantes como funcionários dessa instituição, o bairro com ela mantém estreitas relações.

Contando com mínimo suporte do poder público, foi através da mobilização dos moradores, do trabalho conjunto entre vizinhos e familiares, que a localidade pôde ser provida de infraestrutura urbana. Inicialmente, os moradores se organizaram, principalmente, por intermédio da igreja católica e em meados dos anos 1980 estabeleceram a *Associação de Moradores do bairro São Dimas*. Durante todo o período de existência do bairro, a população foi a principal responsável pelo seu desenvolvimento urbano: por meio de mutirão foram abertas e calçadas ruas, perfurados poços artesianos e construídas redes de água e esgoto. Com a oficialização da *Associação de Moradores*, foi possível angariar verbas para construir casas populares e mobilizar recursos para edificar um salão comunitário. Entre as dificuldades vivenciadas pelos habitantes do São Dimas, durante o processo de fazimento e consolidação do bairro, destacamos o enfrentamento de situações de injustiça ambiental³ a que se encontram expostos, a exemplo de lutas pela contenção de voçorocas que circundam o bairro e ameaçam de desbarrancamento ruas e casas.

3 O conceito de justiça ambiental se refere ao estado em que nenhum grupo social ou étnico ou classe social é compelido a arcar com parcela desproporcional dos danos e agravos ambientais acarretados pelas formas hegemônicas

A “espacialidade” como dimensão da vida social

Pensar a respeito da produção das cidades capitalistas exige um esforço que envolve a análise de um amplo número de variáveis. Quando o objetivo consiste em refletir sobre os processos que engendram a formação dos territórios urbanos, privilegiando aqui o desenvolvimento de territórios periféricos, parece relevante observar, entre outros aspectos, a dimensão espacial constituinte desses processos.

Quando falamos em território, nos referimos ao espaço socialmente produzido. Soja (1993) utiliza o termo espacialidade para interpretar a organização do espaço como produto e condição da vida social. Autores como Lefebvre (1972) e Soja (1993) buscaram empreender análises acerca de uma dialética sócio espacial da vida social. Para eles, as estruturas sociais e espaciais estão dialeticamente unidas, e não simplesmente circunscritas uma à outra, como resultado de projeções categóricas (SOJA, 1993). Para Lefebvre, não se trata de que o espaço seja mero resultado ou “suporte” para as práticas sociais, de vez que “o espaço e a organização política do espaço expressam as relações sociais, mas também reagem contra elas” (LEFEBVRE, 1972 *apud* SOJA, 1993, p. 103).

De acordo com Soja (1993), apesar de, na maior parte das vezes, a organização espacial da sociedade se apresentar como socialmente inerte, o processo de reificação do espaço é problemático e repleto de contradições e disputas. A produção social do espaço no capitalismo constitui um processo envolto em poder e lutas, que não tem sido pacífico ou automático, como se a estrutura social se impusesse no ambiente sem resistência ou constrangimento. A falsa aparência de coerência e homogeneidade espaciais é produto da dominação política e, simultaneamente, condição de seu exercício. Nas palavras de Bourdieu (2012, p. 161), “uma parte da inércia das estruturas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico”, ou seja, devido à sua inscrição durável, a territorialidade⁴ reafirma a dominação, naturalizando as práticas e desigualdades sociais. Para o autor, o lugar de um agente no espaço

de apropriação das condições naturais territorializadas. Ao longo dos anos 1980, constitui-se, nos Estados Unidos, um movimento por justiça ambiental, que se expandiu por várias regiões do globo. No Brasil, foi fundada, em setembro de 2001, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que congrega centenas de movimentos e organizações brasileiras envolvidas em ações de combate à injustiça ambiental no país. A esse respeito, veja-se Acselrad, Mello e Bezerra (2009) e Acselrad, Herculano e Pádua (2004).

⁴ Da nossa perspectiva, o território se define pela atuação, no espaço, de agentes orientados por “projetos” e práticas de apropriação (eventualmente conflitivos), simultaneamente material (econômica e política) e simbólica, do espaço e de seus elementos naturais e construídos. Para a exposição e discussão sistemática da noção de território, veja-se Haesbaert (2007: 35-98).

físico é resultado da posição que ocupa no espaço social, e numa sociedade hierarquizada, como a capitalista, todos os espaços são hierarquizados:

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta (BOURDIEU, 2012, p. 160).

Os lugares decorrentes do espaço social reificado e os benefícios a eles acoplados expressam as desigualdades sociais e são resultado de lutas dentro dos diferentes campos. Bourdieu (2012, p. 163) entende que “a capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui”.

A distribuição dos agentes e bens no espaço define o valor das diferentes localidades e os capitais necessários para se apropriar do lugar. Quanto maior o acúmulo de capitais, maiores a diferenciação e a possibilidade de se apropriar e ressignificar o espaço, ao mesmo tempo em que se aumenta a distância simbólica e espacial das pessoas e bens indesejáveis e menos raros, ou seja, que acumulam menor quantidade de capitais. Aos que controlam capitais em menor quantidade - e/ou cuja qualidade os fazem menos eficientes nas disputas espaciais - mesmo cientes de que o campo de possibilidades é posto pela estrutura de dominação e que a inércia física tende a garantir a reprodução da dominação, cabe empreender lutas pela apropriação e significação do espaço, de modo a diminuir as distâncias físicas e sociais e reivindicar o acesso aos bens coletivos⁵.

A espacialidade concreta do capitalismo é, desse modo, um terreno competitivo de lutas pela produção e reprodução sociais. Não é um acontecimento pontual, que ocorre de uma única vez, e sim um *processo contínuo*, que requer continuamente o estabelecimento de práticas sociais que visam tanto à manutenção e reforço da espacialidade existente, quanto à reestruturação ou revolução da mesma. Nos termos de Soja, “a matriz espacial precisa ser constantemente reforçada e, quando necessário, reestruturada – ou seja, a espacialidade precisa ser socialmente reproduzida, e esse processo de reprodução é uma fonte permanente de conflito e crise” (SOJA, 1993, p. 157). Os segmentos da sociedade que possuem pouco acúmulo de capitais e se veem, portanto, dominados pelo desenvolvimento capitalista “precisam procurar criar contra estratégias

⁵ É nesse sentido que Ermínia Maricato diz que a produção da cidade capitalista resulta de uma “luta surda pelas localizações” (MARICATO, 2015, p. 12).

especialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, a fim de competir pelo controle da reestruturação do espaço” (SOJA, 1993, p. 210).

Acumulação de capital e produção sistemática de periferias urbanas

Ao identificarmos o bairro São Dimas como periférico, adotamos uma formulação do conceito de periferia que não parte de uma perspectiva estritamente espacial, que define como periféricos apenas os aglomerados distantes do centro urbano. Prevalece aqui a noção de periferia como espaços onde predomina a ausência de infraestrutura urbana, a clandestinidade constante – não só porque os modos de ocupação tendem a estar inconformes à legislação urbanística, mas também pela posição de clandestinidade que ocupam seus habitantes, seja em relação ao trabalho ou às demais esferas da vida social -, mas não determinante, e que se destinam a acolher grande parte dos trabalhadores mais explorados (KOWARICK, 1979).

De maneira generalizada, pode-se dizer que a expansão das cidades brasileiras se realiza, principalmente, por meio da periferização, pela transformação de espaços remotos em loteamentos habitacionais irregulares. Esses loteamentos, por não contarem com infraestrutura urbana adequada e não atenderem à legislação urbanística, demandam pouco investimento dos empreendedores, o que possibilita apresentarem baixo custo e se tornarem, portanto, acessíveis à população pauperizada. A aquisição de um lote pelas classes populares nesses locais se viabiliza pela combinação de dois fatores: 1) seu baixo custo econômico é ajustável ao orçamento familiar, de vez que a remuneração da força de trabalho não inclui o acesso à terra urbana; 2) essas populações, cientes da oferta limitada de alternativas e do pouco acúmulo de capitais que possuem, aceitam arcar com o ônus social extremamente alto que acompanha essa estratégia.

Entretanto, essas localidades, à medida que cristalizam trabalho no território sob a forma de valor e, por meio da mobilização dos moradores, são abastecidos de serviços e equipamentos urbanos, têm seu valor aumentado e seu ônus social reduzido. Esse processo de valorização faz com que uma área antes acessível a faixas de remuneração mais baixa se transforme em zona demandada por estratos mais bem remunerados, o que, muitas vezes, acaba expulsando os antigos proprietários que não se enquadram no novo perfil do local. Segundo Kowarick:

Reproduz-se, assim, um padrão de periferização que aumenta enormemente os assim denominados custos de urbanização, pois sempre são geradas novas áreas longínquas e rarefeitas de população que deverão ser – algum dia – providas com um mínimo de serviço público. Reproduz-se também uma forma de expansão urbana extremamente dilapidadora para aqueles que não têm recursos

econômicos e políticos para pagar um preço de um progresso altamente espoliativo (KOWARICK, 2000, p. 28).

De fato, a periferia é o local cujo preço da terra é baixo, onde vive a população pobre e socialmente segregada, mas é, também, um local *mutante*, constantemente produzido e reproduzido, gradualmente incorporado às cidades, ocupado por novos moradores e reorganizados pelo capital (MAUTNER, 1999).

De acordo com Mautner (1999), embora sigam um padrão fragmentado e descontínuo no tempo e no espaço, as periferias constituem a forma predominante de produção do espaço urbano. A autora defende a hipótese de que a periferia se constitui como uma fronteira de expansão para o capital: à medida que o capital apresenta requisitos para se estabelecer no espaço urbano, a periferia, uma vez que acumula trabalho, apresenta as condições necessárias para se incorporar ao processo de acumulação (MAUTNER, 1999). Como resultado desse processo, temos um espaço construído que, apesar das irregularidades e da precariedade subjacentes, reproduz um espaço urbano pronto para ser incorporado à cidade e necessário para a realização da acumulação capitalista mediante a produção e apropriação do espaço. Percebe-se, desse modo, que o movimento de valorização do espaço, ou seja, da formação de territórios, não é mero efeito de determinações econômicas; pelo contrário, “ele é antes o instituidor de condições necessárias para a fluência de processos econômicos” (MORAES, 2002, p.59).

Tomando como exemplo o bairro São Dimas, notamos que o processo inicial de ocupação do espaço não se deu por meio de compra de lotes, mas pelo aforamento de terras da prefeitura (CARNEIRO, 2006). Todavia, a sucessão do desenvolvimento e crescimento do bairro é característica do modo como se dá a expansão urbana periférica nas cidades brasileiras: a oferta de equipamentos e serviços urbanos no bairro é deficiente e as condições mínimas de urbanidade foram alcançadas por meio da mobilização dos moradores. O atual crescimento da valorização do espaço no bairro, acompanhado do interesse dos agentes da especulação imobiliária, é resultado do “trabalho” dos moradores cristalizado no território. As moradias do bairro (assim como muitos equipamentos urbanos) foram, em sua maioria, autoconstruídas por meio de mutirões e trabalho familiar. Essa é uma característica que tende a ser padrão entre os bairros periféricos. Produzida por técnicas rudimentares, a autoconstrução da casa e de elementos de infraestrutura urbana⁶ tem como principal finalidade a produção de uma habitabilidade urbana que os moradores não podem

⁶ A descrição detalhada dos processos de autoconstrução de moradias e de equipamentos de infraestrutura urbana pelos moradores do bairro São Dimas é encontrada em Pereira (2015).

comprar no mercado e a que não têm acesso por meio de políticas públicas. Isso exige dos moradores um dispêndio de sobretabalho e contribui para manter os salários permanentemente deprimidos (KOWARICK, 2000). Assim, percebe-se que o trabalho coletivo de construção territorial empreendido pelas populações periféricas é essencial não só para a reprodução material das mesmas, como também para a o desenrolar do modo capitalista de acumulação nas cidades. Essa riqueza (individual e comum), produzida por um sem-número de ações e esforços, coletivos e familiares ou individuais, é condição *sine qua non* para o barateamento dos custos da reprodução da força de trabalho em que se baseia o processo de acumulação de capital.

De outra parte, vê-se que parcela dessa riqueza é apropriada pelo processo de valorização de capitais investidos na produção da cidade, utilizada para o rebaixamento dos custos dos insumos e para possibilitar a *abertura de novos espaços ao capital*. Em termos analíticos, poder-se-ia argumentar que os processos em tela constituem mecanismos de operação daquilo que Harvey (2004) chama de *acumulação via espoliação*, ou seja, os processos contemporâneos que facultam a apropriação privada de riquezas comuns ou públicas, por parte de capitais privados, mediante o uso da coerção, geralmente organizada e acionada pelo Estado. Poder-se-ia então falar em processos de acumulação de capital mediante desapossamento urbano. Por outra via, ao estimular a segregação espacial, concentrando a maior parte dos recursos públicos nas áreas da cidade mais rentáveis à acumulação de capitais rentistas e imobiliários, o Estado faculta a acumulação via espoliação, pois utiliza riqueza pública para valorizar espaços e imóveis controlados por esses capitais. E o Estado o faz em detrimento do bem e estar e do direito à cidade⁷ das populações pobres, fazendo com que os moradores de áreas periféricas sejam impelidos a mobilizar-se tanto para produzir coletivamente seus equipamentos urbanos quanto para reivindicar infraestrutura e oferta de serviços. Simultaneamente, a “ineficácia” do poder público em garantir a fiscalização da expansão urbana permite que os agentes da acumulação façam uso e, mesmo, desapossem os bens comuns dos moradores das periferias.

Conflitos ambientais no bairro São Dimas

⁷ Lefebvre entende o direito à cidade como o “direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 1968, p. 108), o direito legítimo de habitar, entendido, aqui, como “plasticidade do espaço, a modelagem desse espaço, a apropriação pelos grupos e indivíduos de suas condições de existência” (LEFEBVRE, 1968, p. 23).

Em relação ao bairro São Dimas, é possível identificar práticas de *acumulação via espoliação* em pelo menos dois momentos de seu histórico de formação. Por duas vezes, para garantir o abastecimento de água potável no bairro, os moradores precisaram mobilizar recursos próprios e construir um poço artesiano. A primeira vez data de meados da década de 1970, quando, com o auxílio da igreja católica, conseguiram contratar uma empresa para perfurar o poço e instalar, por meio de mutirão, a tubulação nas ruas para a rede de distribuição domiciliar da água. O segundo poço foi perfurado nos anos 1990 e resultou do trabalho da *Associação de Moradores do bairro* que, com apoio da *Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)*, firmou parceria com uma ONG Alemã e captou a verba necessária. Nas duas ocasiões, a população do bairro não contou com o auxílio do poder público municipal (PEREIRA, 2015: 18-19). Entretanto, os custos com a manutenção e o nível de organização que a gerência de um poço artesiano exige compeliram os moradores a repassar a administração dos poços para o *Departamento Municipal de Água e Esgoto (DAMAE)*. A exemplo do primeiro poço artesiano (já exaurido), o segundo (em atividade) não é atualmente utilizado para abastecer apenas os moradores do bairro São Dimas, já que o DAMAE repassa para outros bairros parte do volume da água extraída. Assim, esses moradores de periferia que precisaram mobilizar recursos e energia para conseguir o abastecimento de água para o bairro (PEREIRA, 2015: 18 ss.) veem sua riqueza coletiva ser expropriada pelo Estado – que não só se isentou da obrigação de garantir o abastecimento de água aos habitantes do São Dimas, como minimizou seus gastos com o fornecimento de água a outros bairros - e por empreendedores imobiliários, que se utilizaram desse recurso para diminuir os custos de urbanização dos loteamentos que se têm constituído para as classes médias.

Situações como essa demonstram como a trajetória histórica de construção de periferias está organicamente ligada às desigualdades ambientais urbanas e o quanto depende, portanto, de que os moradores/construtores dessas periferias protagonizem conflitos ambientais urbanos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Nesse sentido, destaquemos, ainda, os conflitos relativos à expansão de uma grande voçoroca que circunda o São Dimas e que ameaça de desabamento algumas ruas e casas do bairro.

Não só o bairro São Dimas, mas boa parte do município de São João del-Rei e da mesorregião Campo das Vertentes é assolada por voçorocas⁸. Caracterizada por exploração intensa

⁸ O termo “voçoroca” é originado do tupi-guarani e significa “terra rasgada”. Esse tipo de erosão hídrica do solo se caracteriza pela formação de um grande sulco derivado da ação de água pluvial. São vales de erosão onde a remoção

de mineração de ouro nos séculos XVIII e XIX e, posteriormente, pelo desenvolvimento de agropecuária extensiva, a área vem abrigando, em tempos mais recentes, atividades de “urbanização” que degradaram sobremaneira o solo.

No bairro São Dimas, que não conta com rede de captação de água pluvial, as enxurradas formadas pelas águas das chuvas desce, sem obstáculos, em direção às voçorocas; devido à ausência ou precariedade do serviço público de coleta de lixo, a população, durante longo período de tempo, fez uso dos “desbarrancados” (designação nativa para as voçorocas) para o descarte de entulhos e lixo doméstico; o processo erosivo foi se agravando e se acelerando ao longo das últimas décadas, principalmente em decorrência dos impactos trazidos pela formação de loteamentos no entorno, sempre desprovidos de infraestrutura, e por isso vendidos a baixo preço para os estratos mais pobres da população (CÂNDIDO e CARNEIRO, 2005). Esses novos loteamentos despejam as águas pluviais diretamente no interior das enormes voçorocas. Marcado pelo desmatamento e pelo traçado inadequado do sistema viário, esse tipo de empreendimento do capital imobiliário faz-se possível em razão da “aplicação seletiva” das leis (MARICATO, 2000) e instrumentos urbanísticos pelo poder público municipal, a quem toca a atribuição legal de realizar a fiscalização desses projetos. Além disso, o poder público tem permitido que a voçoroca prossiga em seu curso de expansão, à medida que não compele os proprietários dos terrenos em que ela está situada a executar as ações necessárias para a contenção do processo erosivo. Tolerando, assim, que os proprietários apenas preservem os terrenos atingidos, seja para fins especulativos, como no caso dos empresários do setor imobiliário, seja como área de expansão futura, no caso da própria UFSJ (cujo terreno contém parte considerável da voçoroca). Esse tipo de uso do espaço, que aparece ao senso comum como não-uso, é, ao lado dos demais acima descritos, diretamente responsável pelo avanço da voçoroca (CÂNDIDO; CARNEIRO, 2005).

No ano de 2004 teve início a luta dos moradores, por meio da *Associação de Moradores do Bairro São Dimas*, pela contenção da voçoroca que ameaçava de desabamento quatro residências situadas na travessa Afonso Santana, localizada na divisa de do *campus* Dom Bosco da UFSJ. O histórico das reivindicações é longo e marcado, em grande parte, pela omissão dos órgãos públicos responsáveis e pela persistência da *Associação de Moradores*. A comunidade solicitou à defesa civil do município a realização de uma vistoria técnica no local e os laudos constataram condição de “risco”

de material é tão rápida e intensa que não permite o desenvolvimento da vegetação (FIORI & SOARES, 1976 *apud*, FERREIRA, 2005).

e apontaram para a iminência de desbarrancamento. Os pareceres técnicos foram encaminhados para a *Secretaria Municipal de Obras* e para o reitor da UFSJ, alertando sobre a situação dos moradores e pleiteando ações de reparação e contenção.

Cientes da morosidade da contrapartida dos órgãos públicos, a comunidade passou a buscar alternativas técnicas e operacionais, para além do escopo institucional municipal (CANDIDO; CARNEIRO, 2005). Assessorados pelo *Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA)* da *Universidade Federal de São João del-Rei*⁹, entraram em contato com o coordenador do *Projeto Maria de Barro*¹⁰ e iniciaram negociações para dar início às obras de contenção. Como a área de avanço da voçoroca que representava risco imediato pertencia, em parte, à UFSJ e, em parte, a proprietário particular, ambos foram contatados e se disponibilizaram a doar o terreno para prefeitura (cumprindo a exigência do projeto Maria de Barro de que a voçoroca a ser contida estivesse sob domínio público). Foi, então, firmado um acordo entre a *Associação de Moradores*, a administração da UFSJ e a prefeitura de São João del-Rei, ficando como incumbência da Universidade fazer a limpeza e retirada do entulho acumulado e a cargo da prefeitura disponibilizar a verba para o pagamento da mão de obra.

Mesmo aprovadas as funções de cada um dos responsáveis, tanto a prefeitura quanto a UFSJ tardavam em cumprir o estabelecido. Bastante receosa com o risco iminente de desabamento, a *Associação de Moradores do bairro* requisitou uma vistoria ao *Corpo de Bombeiros* e divulgou, na mídia local, um documento relatando o grau de avanço do desbarrancado e o histórico de reivindicações. Sem receber retorno da prefeitura municipal e da administração da UFSJ, os moradores organizaram uma passeata que, no dia 7 de dezembro de 2004, se deslocou desde o bairro São Dimas até a sede da prefeitura, num percurso de cerca de cinco quilômetros. Empunhando cartazes, os moradores do bairro caminharam em protesto e entregaram ao presidente da *Câmara dos Vereadores* e ao prefeito o documento expondo a situação de “risco” do bairro. Depois de muito trabalho de mobilização e reivindicação dos moradores, a obra de contenção para o trecho mais crítico da voçoroca teve início no segundo semestre de 2005, sendo concluída no ano de 2006.

⁹ O NINJA é um grupo de pesquisa e extensão cadastrado na plataforma do CNPQ e vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da UFSJ que realiza, desde 2004, ações de pesquisa e extensão no bairro em questão.

¹⁰ O Projeto Maria de Barro teve início no ano de 1999, na cidade de Nazareno (MG). Realiza, entre outras atividades (educação ambiental; capacitação de produtores e disponibilização de informações técnicas; ofertas de mudas e sementes nativas etc.), ações de contenção de encostas e processos erosivos de voçorocas, por intermédio do Centro Regional Integrado de Desenvolvimento Sustentável (CRIDES) e do projeto “Redes Voçorocas”. Para mais informações, ver <http://www.projetoMariadeBarro.org.br>.

Entretanto, no final do ano de 2011, os moradores do São Dimas voltam a sofrer com o desbarrancamento provocado pelo avanço da voçoroca, agora na rua Afonso Santana. Esse trecho da rua era asfaltado, plano e parecia seguro. Todavia, a partir de meados de 2010, começaram a aparecer rachaduras nas casas, ao que parece provocadas pelo intenso trânsito de caminhões carregados de material de construção, por ocasião das obras de construção de novos prédios no *campus* Dom Bosco da UFSJ, cujo terreno faz divisa com a rua. A situação passou oferecer risco iminente aos moradores após o período de fortes chuvas, quando a margem da rua foi tragada por uma voçoroca ali existente. Recesos com o risco de desbarrancamento da rua e cientes da ineficácia da ação do poder público, os moradores providenciaram por si mesmos o fechamento da rua, impedindo que carros, ônibus e caminhões por ali transitassem. Também negociaram com uma empresa de terraplanagem o despejo de dezenas de caçambas de terra no local e, usando apenas pás, se encarregaram de empurrar toda a terra para dentro da voçoroca. Mobilizaram-se, também, por meio da elaboração de um abaixo-assinado e, amparados pelo NINJA, recorreram à mídia local, por três vezes, para expor a “situação de risco” em que se encontravam. Após essas ações, no início de 2013, obtiveram da prefeitura a realização de obras paliativas (construção de meio-fio e asfaltamento da rua) que mitigaram o risco de desmoronamento da encosta.

Conflitos ambientais, resistências e acumulação de capital nas periferias urbanas brasileiras

Da perspectiva desse trabalho, as mobilizações e os conflitos ambientais urbanos acima relatados, protagonizados pelos moradores do bairro São Dimas, assim como outras ações e lutas – tais como aquelas relacionadas à implantação de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana –, são constitutivas do processo mesmo de produção das periferias urbanas pelos próprios moradores, no contexto das cidades capitalistas brasileiras. Assim, tendo em vista que “os processos de estruturação da cidade conformam determinados conjuntos de opções possíveis para os diferentes atores sociais” (CARDOSO, 2006, p. 33), para população do bairro São Dimas a escolha do local de moradia se deu dentro de um leque restrito de possibilidades. Composta por trabalhadores de baixa renda e sem acesso ao crédito imobiliário, os moradores do bairro – que não só vivem a ameaça de desbarrancamento devido à voçoroca, mas apresentam um histórico de lutas pela aquisição da moradia e das condições básicas de urbanidade do bairro - tendem a interpretar o “risco ambiental” como mais uma dificuldade a ser enfrentada (VARGAS, 2006). Cientes da circunstância em que se encontram, essas populações fazem um “cálculo do risco”, ou seja, reinterpretam o risco pela iminência da ameaça da remoção; a sujeição a uma ameaça futura é

vista como algo secundário quando comparada ao risco real de despejo (VARGAS, 2006). Nesses casos, na maioria das vezes, a localização da moradia permite uma redução dos gastos básicos de subsistência, incluindo o pagamento do aluguel, o custeio com creches etc., o que possibilita que essas famílias gozem de melhor qualidade de vida, de modo que a manutenção da “condição de proprietário”, para dar continuidade ao projeto da “casa própria”, se insere entre as estratégias de resistência e apropriação territorial no urbano.

Da perspectiva aqui proposta, situações como a que envolve a voçoroca do bairro São Dimas são compreendidas pela noção de “conflito ambiental”¹¹. O caráter conflituoso transparece na maneira como são estruturadas as relações entre os atores envolvidos e suas práticas espaciais, grande parte das vezes antagônicas e mutuamente excludentes. Transferindo o olhar para uma escala mais local do movimento de expansão geográfica do capitalismo, se faz possível perceber que os mecanismos que levam à reprodução das desigualdades espaciais e injustiças ambientais no processo de formação das periferias urbanas se caracterizam pelo modo diferenciado de usos, significados e apropriação do território, pelo apoio do Estado aos agentes da acumulação, pela mobilização dos moradores e pela transferência dos ônus ambientais às populações mais social e economicamente fragilizadas.

Considera-se, então, os conflitos ambientais urbanos como inerentes aos processos de formação de periferias. Grande parte das vezes, esses conflitos se desenvolvem num campo já fértil de lutas pela existência espacial, ou seja, eclodem dentro de uma dinâmica na qual os moradores estão propelidos a se mobilizar e criar estratégias para garantir a habitabilidade nas cidades, sua reprodução material no espaço urbano. Desse modo, é necessário levar em conta esse aspecto, ao se observar e refletir sobre um evento caracterizado como conflito ambiental nas periferias urbanas brasileiras.

Para desenvolver esse argumento, nos aproximamos das formulações de Kowarick (1979, p. 41), que considera que a adoção de um modelo econômico que tem a periferia como fórmula de reprodução da força de trabalho nas cidades possibilitou, por um lado, altas taxas de exploração do trabalho e, de outro, “forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora”.

¹¹ “Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis, transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ACSERALD, 2004, p. 26).

A lógica da acumulação leva à dilapidação da força de trabalho, o desgaste produzido pelas prolongadas jornadas de trabalho, somado às espinhosas condições urbanas de existência tem conduzido os trabalhadores ao esgotamento. Subnutrição, acidentes de trabalho, horas perdidas no trânsito - vivenciadas no transporte público de péssima qualidade e conduzido por trabalhadores igualmente exauridos-, “nada têm de ‘democráticos’. Associam-se nitidamente com a população trabalhadora...” (KOWARICK, 2000, p. 22). Assim como ter que dispensar o tempo livre na tarefa de autoconstrução de moradias e equipamento urbanos, morar em habitações precárias, desprever-se de infraestrutura urbana, não contar com assistência médica adequada e um sistema de educação eficiente, não ter acesso aos equipamentos culturais e de lazer e ter que conviver em situações ambientais degradantes e enfrentá-las.

Esse conjunto de situações, apesar de estar diretamente ligado ao processo de exploração do trabalho, não deve ser reduzido a ele. Kowarick o denomina de *espoliação urbana*:

A somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que conjuntamente ao acesso à terra e a moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação recorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta deste (KOWARICK, 2000, p. 22).

A espoliação urbana é resultado não só do processo de acumulação de capital, mas também da dinâmica das lutas protagonizadas pelos trabalhadores e de seu êxito em pressionar o Estado e dele obter os meios básicos de sobrevivência nas cidades. Para o autor, a noção de espoliação extrapola a constatação objetiva das carências de acesso à moradia urbana, aos serviços públicos e aos equipamentos de consumos coletivos. Trata-se de uma construção histórica que advém das lutas sociais, de uma percepção coletiva que considera que existe legitimidade nas reivindicações por acesso aos bens comuns e transcende, portanto, à lógica inerente à expansão do capitalismo (KOWARICK, 2000).

Nesse sentido, a *espoliação urbana* só pode ser entendida como produção histórica que, ao se alimentar de um sentimento coletivo de exclusão, produz uma percepção de que algo – um bem material ou cultural – está faltando e é socialmente necessário. Dessa forma, a noção contém a ideia de que o processo espoliativo resulta de uma somatória de extorsões, isto é, retirar ou deixar de fornecer a um grupo, categoria ou classe o que estes consideram como direitos seus (KOWARICK, 2000, p. 107).

Para desenvolver tal tese o autor privilegia as demandas em relação às condições materiais objetivas, pois seriam as que apresentam maior capacidade de se transformar em lutas de vasto

alcance político, na medida em que refletem as *contradições*¹² que regulam as formas de dominação e exclusão presentes no urbano. Alerta, entretanto, que a ausência ou a deficiência do suprimento necessidades básicas de subsistência não é suficiente para gerar conflito; reconhece que a *pauperização* e a *espoliação* são matérias-primas que, potencialmente, alimentam os conflitos sociais, mas que entre as *contradições urbanas* e as lutas empreendidas pelos atores sociais há um “processo de *produção de experiências* que não está, de antemão, tecido na teia das determinações estruturais” (TELLES, 1987 *apud* KOWARICK, 2000, p. 69).

Em outros termos, em vez de atrelar a análise das condições urbanas de existência às vicissitudes da expansão capitalista e deduzir as lutas sociais da precariedade que as caracterizam, parece analiticamente mais promissor indagar o significado que essa materialidade tem para os múltiplos atores que se enfrentam na arena social (KOWARICK, 2000, p. 106).

Isso significa dizer que as condições materiais objetivas, *per se*, não constituem o motor das transformações sociais, pois o que importa é o processo de *produção de experiências* do qual decorrem os significados que ele passa a ter para múltiplos e frequentemente opostos atores sociais (KOWARICK, 2000, p. 83).

O autor atenta para o fato de que, não obstante haver certos padrões, numa situação comum de exclusão socioeconômica, os conflitos apresentam-se de maneiras diferentes, as experiências de lutas constituem trajetória particulares que nos levam a crer que as condições estruturais objetivas se constituem como um grande pano de fundo. Enfatiza que a análise dos processos de subordinação-insubordinação demanda que se privilegie o modo como os sujeitos vivem, experienciam¹³ uma determinada realidade. “Em outros termos: a reprodução da força de trabalho não se esgota no equacionamento da funcionalidade da exploração capitalista” (KOWARICK, 2000, p. 83). Afinal, se as condições de vida não se desprendessem das exigências do processo de acumulação, as alternativas históricas estariam destinadas à submissão ou subversão contida nas determinações macroestruturais (KOWARICK, 2000).

Em suma, uma historiografia ambiental de bairros periféricos precisaria considerar os conflitos ambientais dentro de um processo conflituoso que envolve outras dimensões da vida urbana na periferia. A mobilização da população das periferias para o conflito parte de (e se volta

¹² Kowarick se refere ao conceito de “contradição urbana” de Topalov, segundo o qual “os investimentos públicos em bens de consumo coletivo têm sido tradicionalmente realizados em prejuízo da grande massa dos trabalhadores” (*apud* KOWARICK, 2000, p. 25).

¹³ Essa ideia de experiência proposta pelo autor parte de uma acepção de Thompson, segundo a qual uma realidade só pode ser compreendida quando também observada pelo prisma de sua magnitude valorativa e simbólica (KOWARICK, 2000).

para) uma sociabilidade na qual se faz presente uma série de lutas contínuas, de pequena escala ou mesmo “individuais”, pela construção do espaço urbano¹⁴.

Partindo de certas considerações avançadas por Scott (2002), propomos considerar esse movimento de lutas como *estratégias cotidianas de resistências*. Atos de auto interesse, quando raros e isolados, são de pouco interesse, mas, à medida que assumem um padrão consistente, mesmo que aparentemente não coordenados, podem ser considerados como práticas cotidianas de resistência. A noção de coordenação derivada de cenários formais e institucionalizados e, até mesmo, de movimentos organizados pouco contribui para compreender ações em pequenas comunidades ou em outros arranjos que apresentam redes informais densas e profundas.

Entende-se que tais ações, adotadas cotidianamente pelas populações mais vulneráveis, compõem uma modalidade de resistência já que almejam sua reprodução material, a sobrevivência de seus modos de vida, a permanência e manutenção de seus territórios.

A luta pela contenção da voçoroca no bairro São Dimas, o caráter que assume na vida dos moradores, o modo como é organizada etc., tem a ver com conjunto de práticas de resistência que partem do cotidiano dessa população. A mobilização dos moradores para abrir as ruas do bairro, a autoconstrução de suas casas, a organização da *Associação de Moradores*, a ajuda mútua entre os vizinhos, entre outras, são ações que deram substância para esse conflito ambiental. A luta coletiva e cotidiana pela construção da habitabilidade no bairro fomentou o sentimento de pertença dos moradores e construiu sob bases sólidas a identidade dos mesmos com o local (atente-se, por exemplo, para o fato de que grande parte dos moradores do bairro envolvidos nas lutas pela contenção das voçorocas não residem nas áreas ameaçadas de iminente desabamento).

Essa modalidade de subversão engendra a base que sustenta as diversas formas de luta, “influencia os movimentos formais e molda as explosões sociais, porque mantém viva uma cultura oposicionista, ou mesmo uma contra ideologia, que podem estourar no cenário público nos raros momentos nos quais a repressão do cotidiano é suspensa” (MONSMA, 1999, p. 5). As formas cotidianas de resistência são ações persistentes e irredutíveis que representam armas verdadeiramente duráveis dos estratos subalternos, mobilizadas tanto para a reprodução material da vida cotidiana, quanto para desencadear lutas abertas e diretas em momentos de crise.

¹⁴ Para Bourdieu (2012), as disputas pela apropriação do espaço podem tomar forma individual, por exemplo, através da mobilidade espacial ou intra/intergeracional, a “escolha” do local de moradia etc.

Tais formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes populares, que vivem em difíceis condições e precisam, pois, defender seus interesses materiais para reproduzirem a si próprias e seus modos de vida. Em tempos de crise ou momentos de mudança política, essas formas de resistência podem ser complementadas por outros tipos de lutas eventuais e mais emblemáticas e oportunas. Elas não são, entretanto, suprimidas, nem desaparecerão enquanto a estrutura social se mantiver exploradora e desigual: “essas estratégias são o alicerce obstinado sobre o qual outras formas de resistência devem crescer e tendem a persistir após outras formas de resistir terem falhado, ou após produzir-se, por sua vez, um novo padrão de desigualdade” (SCOTT, 2002, p. 24).

Conforme Pereira (2015), ao analisar o processo de luta pela contenção da voçoroca, observa-se que esse só assume um caráter central na vida das pessoas em certas circunstâncias. Mesmo cientes do “risco ambiental” a que estão sujeitos, os moradores do bairro não empreendem o conflito de forma permanente: as lutas só eclodem nos momentos em que a movimentação da voçoroca traz riscos graves e imediatos. Tal fato ocorre menos porque os moradores são “apáticos” ou “indiferentes” ao processo erosivo e mais porque essa é apenas uma das lutas que essas pessoas têm que encampar, ao longo da vida, no processo de fazimento e manutenção de seu território enquanto periferia urbana. Assim, esse conflito, que tem como característica ser descontínuo e pontual, é também resultado de anos de mobilização e criação de estratégias de sobrevivência no urbano.

Não parece adequado considerar os moradores do São Dimas como “atingidos” por um evento específico ou projeto específico, mas sim como uma população que está em processo contínuo de luta pelo estabelecimento de condições de vida na cidade. O conflito é constitutivo do próprio movimento indefinido de construção do território e assume diferentes formas com o passar do tempo. A luta dos moradores contra a voçoroca parece nunca estar finalizada, assim como a luta pela água, pela coleta de lixo, ou pela rede de captação de água pluvial. Diferentemente do que ocorre aos moradores dos bairros de “classes médias”, para quem o acesso à cidade e aos equipamentos urbanos está, na maioria das vezes, garantido pelo Estado e pelo mercado, os sujeitos da periferia precisam encampar uma dura e infundável luta, constituída de infinitas batalhas, contra a espoliação que vivenciam no urbano. Estão obrigados, então, a não direcionar esforços apenas para certos problemas específicos, mas sim a enfrentar continuamente um amplo espectro de necessidades não supridas pelo Estado e pelo acesso ao mercado.

Em um contexto como o apresentado, as lutas coletivas são consideradas resistências cotidianas, menos porque os moradores vivenciam diariamente ações organizadas, mas sim porque, analisando suas trajetórias de vida, percebemos que reiteradamente práticas coletivas precisam ser planejadas. De tempos em tempos, a *Associação de Moradores* precisa elaborar ofícios e articular abaixo-assinados reivindicando, por exemplo, obras de manutenção do calçamento das ruas ou a normalização da oferta de transporte público e do serviço de coleta de lixo. Do mesmo modo, a realização de obras mais duradouras, como a construção do poço artesiano e o trabalho para a contenção da voçoroca. A preocupação com uma possível falta de água em longo prazo está sempre presente, pois é sabido por todos que a população do bairro cresce e o *Departamento Autônomo Municipal de Água e Esgoto* (DAMAE) repassa parte da água do poço artesiano para outros bairros da cidade. Da mesma forma, a constante ameaça de desbarrancamento pela progressão das voçorocas mobiliza intermitentemente os moradores a reivindicar ações de contenção.

A luta pela construção e manutenção dos territórios urbanos de classes populares constitui-se um trabalho cotidiano e vagaroso, assemelhando-se metaforicamente ao trabalho de Sísifo¹⁵. Tal demonstração de resistência se faz legítima, porque exige tenaz constância e persistência, visto que as vitórias, na maioria das vezes, são parciais, e a percepção de que “nada está garantido” leva à reprodução permanente desse esforço.

Essa abordagem proposta por Scott requer, entretanto, cuidados em sua apropriação. Faz-se necessário analisar dialeticamente as práticas entendidas como ações de resistência, para não se deixar levar por uma interpretação romântica da realidade. Ainda que as estratégias cotidianas de resistência possam, muitas vezes, resultar em ganhos, imediatos ou de longo prazo, para as populações mais vulneráveis, elas podem também, em muitos casos, reforçar a estrutura de dominação, ao mesmo tempo em que amenizam a condição do subordinado (MONSMA, 1999).

Em um contexto de grande escassez de capitais acumulados e de predomínio de práticas clientelistas, a atuação de movimentos sociais locais, como as associações de moradores, dificilmente consegue extrapolar o plano dos problemas locais para agir conjuntamente numa escala um pouco mais ampla, como a das questões do município. A racionalidade por eles adotada é, na maioria das vezes, do tipo auto interessada e, para alcançar seus objetivos, não hesitam em contar com “favores políticos”. Essas estratégias, claramente, pouco contribuem para a

¹⁵ Sísifo é condenado a passar a eternidade empurrando uma pedra até ao cimo de um monte, pois, invariavelmente, a pedra cairia da montanha sempre que o topo fosse atingido (O Mito de Sísifo, disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$mito-de-sisifo](http://www.infopedia.pt/$mito-de-sisifo). Acesso em 10/04/2015).

organização e emancipação das classes populares; ao contrário, muitas vezes alimentam a rivalização e a alienação entre elas. Da mesma maneira, cabe também refletir sobre a funcionalidade do desenrolar dos conflitos para a sustentação do modo de produção capitalista das cidades.

Quando exploramos o conflito que envolve as voçorocas do bairro São Dimas, por exemplo, cabe apontar para o fato de que não obstante a erosão continuar oferecendo risco de desabamento, o limitado trabalho de contenção realizado (resultante da mobilização dos moradores) foi suficiente para agregar valor ao bairro como espaço urbano e, conseqüentemente, valorizou os lotes e loteamentos do entorno.

Apontamos, aqui, para a hipótese de Mautner (1999) de que a periferia se constitui como uma *fronteira de expansão para o capital*, pois, na medida em que acumula trabalho, apresenta as condições necessárias para se incorporar ao processo de acumulação. Por contraditório que seja, a eficácia dos moradores nos conflitos urbanos – ambientais ou não –, por meio dos quais eles constroem as periferias, acaba por produzir um espaço mais adequado à sua incorporação à cidade e necessário para a acumulação capitalista mediante a produção/apropriação do espaço urbano. Veja-se a relatada experiência com o abastecimento de água potável no bairro São Dimas: por duas vezes os moradores se movimentaram para construir um poço artesiano para suprir de água o bairro e em ambas viram seu recurso ser apropriado pelo poder público e transferido para outros moradores da cidade, favorecendo diretamente agentes da acumulação (no caso, empreendedores do ramo imobiliário que articulam a produção de loteamentos).

Conclusão

Dessa forma, o incessante processo de construção de periferias urbanas se pauta pela dinâmica complexa e contraditória que informa as disputas, abertas ou veladas, corriqueiras ou espetaculares, entre os agentes investidos na acumulação de capital pela apropriação/construção do espaço urbano e os grupos sociais subalternos estruturalmente compelidos a lutar por sua reprodução material nas cidades.

Recorrer aos conflitos urbanos para pensar a história das cidades se constitui como um recurso para revelar os significados que a materialidade das condições estruturais assume para os distintos atores que se enfrentam na arena social. As classes populares, tendo como pano de fundo a precariedade das condições materiais objetivas, ao construírem historicamente suas estratégias de resistências individuais/familiares e coletivas imprimem nas cidades a percepção da espoliação urbana e protagonizam os conflitos que possibilitam a constituição de seus territórios.

Na análise do bairro São Dimas, identificamos conflitos urbanos resultantes da busca dos moradores por infraestrutura e por um meio ambiente seguro e saudável. Essa segunda modalidade de conflito, adjetivada por ambiental, é resultado das injustiças ambientais que tendem a incidir, preferencialmente, sobre as populações periféricas. O recurso à essa abordagem analítica, que atenta para a dimensão ambiental dos processos conflituosos que têm participação na história urbana brasileira, buscou evidenciar a maneira como as desigualdades espaciais são produzidas e o modo como as populações mais vulneráveis política e economicamente e, portanto, mais facilmente expostas a injustiças, acionam estratégias de luta e sobrevivência nos territórios.

Referências

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça ambiental?**, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- ACSELRAD, Henri (Org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**, Rio de Janeiro: DP&A. 2001.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais, in: ACSELRAD, Henri (Org.), **Conflitos ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Böll, pp. 13-35. 2004.
- ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto, *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.
- BARROS, Matheus A.; CARNEIRO, Eder J. **De lava-pés a São Dimas: uma história conflituosa de apropriação das condições naturais**. Relatório do Projeto de Extensão “Cidadania e justiça ambiental”. Universidade Federal de São João del-Rei, 2004.
- CANDIDO, Luiz F.; CARNEIRO, Eder J. **Notas sobre uma experiência de extensão universitária: justiça ambiental e a comunidade do bairro São Dimas (São João del-Rei/MG)**. Relatório do Projeto de Extensão “Cidadania e justiça ambiental”. Universidade Federal de São João del-Rei, 2005.
- CARNEIRO, E. J., Conflitos ambientais e construção de um território urbano: o caso do bairro São Dimas (São João del-Rei-MG). In: III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2006, Brasília -DF. Anais do III Encontro da ANPPAS, 2006.
- CARNEIRO, Eder J.; PEREIRA, Vivian P. Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. In RUSCHEINSKY et al (Org). **Atores sociais, conflitos ambientais e políticas públicas**. Jundiá, Paco Editorial, 2014.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)**, São Paulo: Annablume, 2002.
- HAESBAERT, R. **O mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à Multiterritorialidade**. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**, São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**, São Paulo: Annablume (coleção Geografia e Adjacências), 2005.

- KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos. 1969.
- LEFEBVRE, Henri. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial. 1972.
- MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1982. 166 p. (Coleção Urbanismo).
- MARICATO, Ermínia (2000), “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias”, in: ARANTES, Otilia et al., **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, Petrópolis: Vozes, pp. 121-188.
- MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v.8, n. 1, 2015, p. 11-22.
- MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira da expansão do capital. In Deak, Csaba & Shiffer, Sueli (Org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam EDUSP, 1999.
- MOLANO CAMARGO, Frank. La historia ambiental urbana: contexto de surgimiento y contribuciones para el análisis histórico de la ciudad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, v. 43, n. 1, janeiro-junho, 2016, pp. 375-402.
- MONSMA, Karl. **James C. Scott e a resistência cotidiana: uma avaliação crítica**. In: XIII Encontro Anual da ANPOCS-Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1999, Caxambu, MG. XIII Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 1999.
- MORAES, Antônio Carlos Robert, **Território e história no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 2002.
- O’CONNOR, James, “Qué es la historia ambiental? Por qué la historia ambiental?”. In: **Causas Naturales: ensayos de marxismo ecológico**, México: Siglo XXI, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão dualista - O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEREIRA, Vivian P. Conflitos ambientais urbanos no estado de Minas Gerais: mesorregiões Campo das Vertentes e Zona da Mata. **Revista Primeiros Estudos**. São Paulo, n. 4, p. 58-68, 2013.
- PEREIRA, Vivian P. **Conflitos urbanos e estratégias cotidianas de resistência: o processo de formação de um bairro periférico**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SCOTT, James C. Exploração normal: resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº. 5, Brasília jan./jul. 2011.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar. 1993.
- THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência' In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos** /E. P. Thompson; A. L. Negro, S. Silva. Campinas, (Org) SP: Ed. da Unicamp, 2001, pp. 269-281.

VARGAS, M. A. R. Construção social da moradia de risco: a experiência de Juiz de Fora (MG) **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. v. 8, n. 1, 2006.

WORSTER, Donald, “Para fazer história ambiental”. In: **Estudos Históricos**, 4(8), Rio de Janeiro, 1991, pp. 198-215.